

Ex.mo Senhor
Presidente

Circular nº 04/C
Lisboa, 14.01.2009

Assunto: - Proposição de medidas urgentes, relativas à preservação de direitos dos trabalhadores.

Ex.mo Senhor Presidente

Na eminência da tomada de um conjunto de medidas decorrentes da aplicação do novo regime de vínculos carreiras e remunerações e respectiva regulamentação, vimos expor o seguinte:

Como reiteradamente temos afirmado, as alterações em causa destroem o vínculo público de nomeação, bem como os actuais regimes de carreiras e retribuições, com nefastos e incomensuráveis efeitos para os direitos dos trabalhadores da A. Pública.

Trata-se, em boa verdade, da instituição de um regime iníquo, imposto através de um simulacro de processo negocial, em que o governo, de forma autista e prepotente, fez letra morta dos princípios da boa fé, da transparência e seriedade que forçosamente deveriam constituir a fonte inspiradora de processos desta natureza.

Desta forma imposto, administrativamente, sem a mínima ponderação das propostas que formulámos, esbulham-se os trabalhadores do vínculo público de nomeação, constituído no momento da admissão ao serviço da A. Pública, agora unilateralmente abolido, arrasam-se as suas carreiras e destrói-se o respectivo sistema retributivo.

E tudo isto o governo arrogantemente impõe, de uma penada, o que, na nossa opinião, afronta gravemente relevantes princípios como os da segurança jurídica e da confiança, ínsitos na ideia de Estado de Direito Democrático, consagrada no art. 2.º da CRP e viola os art. 53.º e 58.º da mesma CRP, que garantem o direito à função pública e o segmento do direito ao lugar.

Acresce que, mesmo sob o ponto de vista técnico, os diplomas em causa regulam muitas matérias de uma forma imprecisa e confusa, dando azo às maiores dúvidas interpretativas, de que os trabalhadores estão a ser vítimas.

Para além de que, determinando o art. 3.º, n.º 2, que “a presente lei é também aplicável, com as necessárias adaptações, designadamente no que respeita às competências em matéria administrativa dos correspondentes órgãos de governo próprio, aos serviços das administrações regionais e autárquicas”, tal preceito não foi, em nosso entender, cumprido

Tendo em conta este preceito, entendemos que esta lei, antes da sua aplicação, deveria ser objecto de adequada adaptação à A. Local, à semelhança do que sucedeu nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Em última análise, a forma como esta legislação foi aplicada à Administração Local reflecte o comportamento autocrático do actual executivo governamental e fere gravemente a própria autonomia do

Boas

Poder Local, que mais uma vez se pretende transformar num mero instrumento executório dos ditames do Poder Central.

Por isso, estamos a proceder à devida ponderação desta matéria, tomando as medidas que entendermos necessárias, em ordem a que, tendo em conta a autonomia do Poder Local, se efectue a referida adaptação da lei, no sentido da defesa do vínculo público e dos regimes de carreiras e do sistema retributivo, que esta lei vem destruir.

Assim, afirmamos a nossa profunda preocupação com a aplicação deste "novo regime", estando cada vez mais determinados em combatê-lo, por todos os meios ao nosso dispor, nomeadamente através do recurso aos Tribunais, incluindo o Tribunal Constitucional, pela perversão dos citados princípios da Lei Fundamental.

Neste quadro e como já oportunamente reclamámos, exigimos que as Autarquias, na aplicação da nova regulamentação, procedam com o sentido de justiça que se impõe, tomando medidas mais consentâneas com o reconhecimento dos direitos dos trabalhadores, em ordem à atenuação de tão perniciosos efeitos, pelo que vimos expor o seguinte:

MAPAS DE PESSOAL – ORÇAMENTAÇÃO – AVALIAÇÕES E MUDANÇAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO

Como decorre do art. 5.º da Lei 12-A/2008, de 27/2, os mapas de pessoal devem conter todos os actuais postos de trabalho, seja qual for o respectivo tipo de vínculo, assumindo portanto todos os lugares existentes no quadro que se converte em mapa, bem como os postos de trabalho que, previsivelmente, será necessário preencher em 2009, em ordem à justa dotação de meios humanos, adequados à consecução dos objectivos da Autarquia.

Salienta-se, ainda, que os mapas têm, forçosamente, de integrar também todos os trabalhadores que, estando vinculados à Autarquia, se encontram afectos funcionalmente às empresas, designadamente sob o regime de requisição, tendo em conta a previsibilidade de que esses trabalhadores podem, em qualquer momento, regressar à Autarquia a que estão vinculados.

Por outro lado, consideramos que os mapas devem prever a inclusão de todos os trabalhadores que, ao abrigo de pretensos contratos de trabalho a termo ou de prestação de serviços, exercem funções correspondentes à satisfação de necessidades de natureza permanente, sendo integrados nos mapas como trabalhadores com um vínculo definitivo, medida que reclamamos em consonância com a nossa sistemática e firme posição de luta contra a chaga do trabalho precário que grassa na A. Pública, incluindo a A. Local.

Lamentavelmente, constatamos que, nesta matéria, poucas são as Autarquias que, antes da aprovação dos quadros, agora mapas de pessoal, procedem à consulta do STAL, sendo certo que essa obrigação resulta da observância dos princípios consignados na Lei 23/98, de 26/5 (Lei da negociação colectiva) e do direito de participação previsto, designadamente, no art. 8.º do CPA, como emanação do art. 267.º da Constituição da República.

Impõe-se, por isso, a inversão deste comportamento, em ordem a que, cumprindo-se a lei, o STAL tenha oportunidade de avaliar esse importantíssimo instrumento de trabalho, que, como referimos, deve ser dotado de todos os postos de trabalho necessários à prossecução dos objectivos da Autarquia, para salvaguarda dos direitos e interesses dos trabalhadores e melhoria da qualidade dos serviços a prestar à respectiva comunidade.

Nos casos em que entretanto tenham já sido aprovados os mapas de pessoal e respectiva orçamentação das despesas a que abaixo nos referiremos, sem a devida consulta ao Sindicato, consideramos que tal procedimento deve ainda ser tido em conta, para além de serem tomadas medidas no sentido de, o mais

brevemente possível, procederem às correcções que se impõem, através de adequada revisão de tão importante matéria.

Quanto à orçamentação dos encargos de pessoal, é óbvio que têm de ser previstos todos os que garantam a retribuição devida aos trabalhadores, designadamente a título de vencimentos base, suplementos e alterações de posicionamento obrigatório.

Mas, a este respeito e ao abrigo do mais elementar princípio de justiça, defendemos que essa orçamentação deve incluir também as verbas necessárias à atribuição de mudanças de posicionamento não obrigatórias, isto é, aquelas que, existindo esse direito, estão condicionadas à existência de verbas destinadas a esse fim.

Assim e nos termos do art. 47.º 1, da citada Lei 12-A/2008, devem mudar de posicionamento remuneratório todos os trabalhadores que hajam obtido 2 Excelentes, 3 M. Bons ou 5 Bons, de forma consecutiva, nas avaliações do desempenho atribuídas desde 2004.

A este respeito consideramos que embora o SIADAP não estivesse em vigor na A. Local, em 2004 e 2005, anos em que o "Muito Bom" era a nota máxima, esta deve corresponder ao "Excelente", por uma questão de equivalência com a nota máxima que nesses anos já estava fixada para a A. Central.

Por outro lado, impõe-se que este direito seja reconhecido, antes da transição de regimes, a todos os trabalhadores que já hajam obtido as citadas avaliações, o que, em concreto, abrange todos aqueles que já hajam averbado pelo menos 2 menções máximas ou 3 imediatamente inferiores a estas, pelo que, a não ter sido efectuado, sugere-se a respectiva rectificação.

Quanto aos restantes, considerando-se as avaliações desde 2004, apenas na avaliação de 2009, reportada ao desempenho de 2008, será possível verem averbadas as referidas 5 menções de "Bom", pelo que mais uma vez se salienta a necessidade de se preverem verbas orçamentais destinadas a esse fim.

Sublinhamos que esta medida se impõe, ao abrigo dos mais elementares princípios de justiça, tanto mais evidente quanto é certo que as progressões estão congeladas desde o final de Agosto de 2005 e as Autarquias nenhum encargo tiveram nesta matéria.

Lembramos ainda que, nos casos em que não tenham sido feitas as avaliações, deverá ser atribuído um ponto a cada trabalhador, por cada ano de avaliação em falta, de acordo com o artigo n.º 113.º da Lei 12-A/2008, devendo os trabalhadores ser notificados pessoalmente, a fim de poderem exercer o seu direito de reclamação requerendo a respectiva ponderação curricular.

Em matéria de progressões, lembramos, também, que este direito deve ser reconhecido a todos os trabalhadores que completaram o tempo de serviço no respectivo escalão, nos termos fixados no D. lei 353-A/89, de 16/10, contando, para esse efeito, todo o tempo de serviço prestado até 30/8/2005, acrescido do prestado entre 1 de Janeiro e 1 de Março de 2008, dado que só nesta data entrou em vigor o regime instituído pela Lei 12-A/2008.

AS CARREIRAS E A TRANSIÇÃO DE REGIMES

No n.º/ofício-circular n.º 800/C, de 17/6/2008, reclamámos uma série de medidas que, a serem concretizadas, pelo menos amenizariam os perniciosos efeitos decorrentes da transição de regimes.

Reiteramos essa posição, em ordem a que, antes da formalização da transição de regimes, se efectuem todas as reclassificações que reclamámos e se concretizem os necessários concursos de promoção nas



actuais carreiras, o que, em boa verdade, apenas corresponde ao justo reconhecimento da evolução profissional a que os trabalhadores legitimamente aspiram.

Quanto à formalização da transição de regimes, sublinhamos que tem de ser cumprido escrupulosamente o disposto no art. 109.º da Lei 12-A/2008, impondo a notificação pessoal de todos os trabalhadores, em ordem a não só tomarem conhecimento preciso desse processo de transição, como também de, eventualmente, procederem à respectiva impugnação.

No que respeita à transição de carreiras, imposta pelo D. Lei 121/2008, de 11/7, entendemos que devem ser tomadas medidas consentâneas com os direitos dos trabalhadores nomeados para o exercício de funções mais valorizadas mas que, formalmente, não possuem a correspondente categoria. É o caso, por exemplo e entre outros, dos operários que exercem funções de Encarregado, sem o reconhecimento desta categoria, mas que nela têm de ser integrados, como resulta do disposto no art. 99.º, n.º 2, da Lei 12-A/2008.

Sublinhamos, também, a regulamentação das carreiras subsistentes, sobretudo no que respeita ao exercício do direito de opção que para algumas está previsto.

Essa opção tem de ser cuidadosamente ponderada, designadamente através da comparação entre o desenvolvimento actual da carreira que estiver em causa, com o desenvolvimento remuneratório previsto para a carreira de opção.

Ora, embora o D. lei 121/2008 imponha que essa opção se efectue até 1/1/2009, deve entender-se que o legislador partiu do princípio de que a nova Tabela – a chamada Tabela Única - estaria publicada com a devida antecedência, o que não sucedeu, porquanto apenas foi publicada em 31/12/2008.

Neste contexto, entendemos que os trabalhadores só após 1/1/2009 podem ser notificados para se pronunciarem, concedendo-lhes, para o efeito, um prazo adequado, nunca inferior a 10 dias úteis.

Exmo. Sr. Presidente:

Terminamos reiterando o que afirmámos no atrás citado ofício de 17/6/2008, enfatizando a necessidade da tomada de medidas que minimizem os perniciosos efeitos da transição de regimes imposta por um governo que, ao longo do seu mandato, tem procedido à sistemática sonegação dos direitos dos trabalhadores.

Pela nossa parte, continuaremos a combater tenazmente esta política, por todos os meios ao nosso dispor, na defesa do Poder Local e dos direitos dos trabalhadores.

Esperamos, por isso, que V. Exa. seja receptivo às nossas propostas e, conseqüentemente, tome as providências necessárias à urgente avaliação desta matéria e conseqüente tomada das medidas que preconizamos.

Nessa expectativa, subscrevemo-nos, com respeitosos cumprimentos

A DIRECÇÃO NACIONAL DO STAL
f. Santos